



***SABERES QUE LIBERTAM: O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES NEGRAS***

***SABERES QUE LIBERAN: EL PAPEL DE LA UNIVERSIDAD EN LA
CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD Y AUTONOMÍA DE LAS MUJERES
NEGRAS***

***LIBERATING KNOWLEDGE: THE ROLE OF THE UNIVERSITY IN
BUILDING THE IDENTITY AND AUTONOMY OF BLACK WOMEN***

Aline Matos Santos¹

Adriana Carneiro da Silva²

RESUMO

A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, também reflete desigualdades sociais. Para as mulheres negras, representa desafios e possibilidades. Este artigo tem como proposta analisar, com base em revisão bibliográfica, de que forma o acesso ao ensino superior contribui para a construção da identidade e autonomia dessas mulheres, evidenciando possibilidades de superação das barreiras relacionadas ao racismo e ao sexismo estruturais. A pesquisa, qualitativa e baseada em revisão bibliográfica, destaca a educação como ferramenta de emancipação. A partir da análise do material estudado, os resultados apontam que, apesar dos desafios, a universidade pode configurar-se como um espaço de resistência e valorização das vozes femininas negras, reforçando a necessidade de políticas educacionais inclusivas e redes de apoio que promovam a equidade racial e de gênero no meio acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Mulheres Negras. Autonomia. Educação.

RESUMEN

La universidad, como espacio de producción de conocimiento, también refleja desigualdades sociales. Para las mujeres negras, representa desafíos y posibilidades. Este artículo investiga cómo el acceso a la educación superior contribuye a la construcción de la identidad y autonomía de estas mujeres, promoviendo la superación de barreras relacionadas con el racismo y el sexismo estructural. La investigación, cualitativa y

¹ Bacharela em Administração pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Conceição do Coité, Bahia, Brasil.

² Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, Bahia, Brasil.

basada en revisión bibliográfica, destaca la educación como herramienta de emancipación. Los resultados indican que, a pesar de los desafíos, la universidad es un espacio de resistencia y valoración de las voces femeninas negras, reforzando la necesidad de políticas educativas inclusivas y redes de apoyo que promuevan la equidad racial y de género en el ámbito académico.

PALABRAS-CLAVE: Universidad. Mujeres Negras. Autonomía. Educación.

ABSTRACT

The university, as a space for the production of knowledge, also reflects social inequalities. For Black women, it represents both challenges and possibilities. This article investigates how access to higher education contributes to the construction of identity and autonomy for these women, promoting the overcoming of barriers related to structural racism and sexism. The research, qualitative and based on bibliographic review, highlights education as a tool for emancipation. The results indicate that, despite the challenges, the university is a space of resistance and empowerment for Black women's voices, reinforcing the need for inclusive educational policies and support networks that promote racial and gender equity in the academic environment.

KEYWORDS: University. Black Women. Autonomy. Education.

* * *

Introdução

A universidade é historicamente um espaço de produção e disseminação de conhecimento, mas também carrega as marcas das desigualdades sociais, refletindo as estruturas de poder que moldam a sociedade. Para as mulheres negras, esse espaço se torna, simultaneamente, um território de desafios e possibilidades. O acesso à educação superior, conquistado com muita luta, representa não apenas a oportunidade de qualificação profissional, mas também um caminho para a ressignificação das próprias identidades e para a construção de autonomia.

Embora as mulheres negras representem uma parcela significativa da população brasileira, com 28,5% do total, o que equivale a mais de 60 milhões de pessoas, elas continuam a enfrentar desigualdades econômicas e sociais profundas. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2024), essa população recebe apenas 10,7% da renda total do trabalho no país. Em relação ao acesso ao ensino superior, dados mais recentes do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) indicam que, embora a presença de mulheres negras nas universidades tenha aumentado nos últimos anos, ainda há um grande abismo quando comparado com as mulheres brancas.

Em 2020, cerca de 25% das mulheres negras estavam matriculadas no ensino superior, enquanto entre as mulheres brancas esse número ultrapassava 40% (INEP, 2020). Esses dados refletem a persistência das desigualdades raciais e de gênero, que se mantêm, mesmo com o aumento da presença de mulheres negras no ensino superior. Muitas vezes, suas trajetórias acadêmicas são invisibilizadas, marcadas pelo acúmulo de responsabilidades e pela escassez de políticas públicas que considerem suas vivências múltiplas e complexas.

No entanto, ao adentrarem o universo acadêmico, essas mulheres carregam consigo saberes ancestrais, histórias de resistência e a potência de transformar as universidades em espaços mais plurais e representativos. Este artigo busca investigar o papel da universidade na construção da identidade e autonomia das mulheres negras, analisando como o conhecimento acadêmico, aliado à valorização das experiências de vida, pode ser um instrumento de libertação.

A luta das mulheres negras pelo acesso ao ensino superior no Brasil é uma conquista histórica que reverbera as batalhas por igualdade e por representatividade em um contexto social marcado por profundas desigualdades. Essa trajetória de resistência tem sido construída ao longo de décadas, impulsionada por movimentos feministas e negros que demandam políticas públicas que assegurem não apenas o acesso, mas a permanência e o protagonismo dessas mulheres no espaço acadêmico. Assim, o estudo da experiência das mulheres negras na universidade vai além da análise do simples ingresso, abrangendo também as repercussões dessa presença em sua trajetória pessoal, acadêmica e profissional, e a maneira como sua vivência contribui para o debate sobre equidade racial e de gênero no Brasil.

A partir de uma abordagem teórica e qualitativa, a pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento das discussões sobre equidade racial e de gênero no ensino superior, ressaltando a necessidade de políticas educacionais que promovam a inclusão e a dignidade dessas mulheres no ambiente acadêmico.

O objetivo geral é investigar como a universidade contribui para a construção da identidade e autonomia das mulheres negras, analisando de que maneira o acesso ao ensino superior influencia a superação de barreiras relacionadas ao racismo e ao sexismo estruturais. Para isso, busca-se examinar, a partir da literatura acadêmica, as trajetórias de mulheres negras no ensino superior, identificando os principais desafios e oportunidades construídas ao longo de seus percursos acadêmicos; avaliar, com base em estudos existentes, o impacto da formação superior na construção da identidade pessoal e coletiva

dessas mulheres; investigar como a presença de mulheres negras no ensino superior influencia a promoção de espaços mais inclusivos e representativos; e sistematizar sugestões de políticas educacionais a partir da análise de pesquisas sobre equidade racial e de gênero no contexto universitário.

Ao refletir sobre as experiências das mulheres negras no ensino superior, este estudo busca não apenas destacar os desafios impostos por uma sociedade estruturalmente desigual, mas também iluminar as possibilidades de transformação proporcionadas pela educação.

Nesta perspectiva, a pesquisa adota uma abordagem teórica e qualitativa, utilizando revisão bibliográfica para embasar a análise das trajetórias dessas mulheres no ambiente universitário. Por meio dessa metodologia, foram analisadas as formas como o conhecimento acadêmico, aliado às vivências pessoais e coletivas, pode ser uma ferramenta de emancipação e fortalecimento da identidade.

Dessa forma, ao promover a inclusão e a valorização de saberes diversos, a universidade tem o potencial de se tornar um espaço de resistência e fortalecimento para essas mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A implementação de políticas educacionais que considerem as especificidades das mulheres negras no ambiente acadêmico é fundamental para garantir que seus direitos, voz e protagonismo sejam efetivamente reconhecidos e respeitados.

Educação como instrumento de emancipação e cidadania

A educação no Brasil tem sido historicamente vista como um caminho crucial para a emancipação social, funcionando como ferramenta de transformação e fortalecimento da cidadania. Contudo, para as mulheres negras, a educação não é apenas uma oportunidade de qualificação, mas um meio vital de resistência contra as múltiplas formas de opressão que enfrentam. A luta dessas mulheres pelo acesso ao ensino superior é também uma batalha pela reescrita de suas identidades, pela afirmação de sua cultura e pela conquista de um lugar no espaço acadêmico e, por consequência, na sociedade. Nesse contexto, a educação se torna um instrumento de empoderamento, não só pela formação acadêmica, mas também pela construção de uma nova percepção de si mesmas e do mundo ao seu redor.

Paulo Freire (1970), em sua obra "Pedagogia do Oprimido", destaca a educação como um processo de libertação, onde o educando se torna sujeito ativo de sua própria

transformação e da realidade social que o cerca. Para Freire (1970, p. 79), a educação não é um ato passivo, mas um "ato de coragem" que desafia as estruturas de opressão. Lélia Gonzalez, uma das maiores vozes do movimento negro, também aponta para a importância da educação no processo de reafirmação da identidade negra. Em seus escritos, Gonzalez (1988) argumenta que a educação deve ser um campo de resistência, um espaço em que as mulheres negras possam reivindicar seus saberes, sua cultura e sua voz, reescrevendo a narrativa da sociedade que historicamente as marginaliza.

Além disso, a educadora Maria Lúcia de Almeida (2016) ressalta que a educação precisa se distanciar de um modelo que reproduza as desigualdades e exclusões históricas. Segundo ela, a educação não deve ser um privilégio de poucos, mas uma ferramenta de inclusão e transformação social. A autora propõe que a escola seja um ambiente onde as identidades negras, especialmente as de mulheres negras, sejam não apenas reconhecidas, mas celebradas, contribuindo para o fortalecimento de uma sociedade mais equitativa.

Conforme a Constituição Brasileira de 1988 consagra a educação como um direito fundamental, com o objetivo de garantir a todos o "pleno exercício da cidadania" (BRASIL, 1988, art. 6º). Essa visão de educação como um direito social e como meio para a emancipação e cidadania é sustentada por diversos estudiosos e militantes da área da educação. Embora os avanços no acesso à educação sejam inegáveis, ainda persiste um cenário de desigualdade. Pesquisas realizadas pelo INEP (2023) mostram que cerca de 30% dos jovens de 18 a 24 anos ainda não estão matriculados em cursos de educação superior, evidenciando a exclusão de uma parcela significativa da população. Este panorama é ainda mais grave entre as populações negras e periféricas.

A pandemia de COVID-19 expôs de forma dramática as desigualdades educacionais no Brasil. Como apontado por Denise Ferreira da Silva (2020), as políticas públicas educacionais têm falhado em considerar as especificidades das comunidades periféricas e negras, ampliando a exclusão digital e a falta de infraestrutura educacional. Muitas comunidades periféricas e rurais não tiveram acesso a plataformas de ensino remoto, e milhões de jovens foram privados de continuar sua educação. Esse fenômeno agrava ainda mais a desigualdade educacional e, conseqüentemente, o acesso à cidadania plena.

Essas ideias são corroboradas por autoras contemporâneas, como Djamila Ribeiro, que vê na educação um caminho de emancipação e fortalecimento da autonomia das mulheres negras. Ribeiro (2017) destaca que, ao acessar o ensino superior, essas mulheres não apenas ampliam seu horizonte de possibilidades profissionais, mas também

reafirmam seu protagonismo na sociedade, desafiando as desigualdades estruturais de raça e gênero que ainda persistem. Para a filósofa e educadora Carla Akotirene (2018), a educação, especialmente em ambientes acadêmicos, tem um papel transformador, pois possibilita a construção de uma nova identidade coletiva, conectada à ancestralidade e à luta histórica das mulheres negras.

Apesar do crescente número de mulheres negras acessando a educação superior, a realidade continua sendo marcada por desigualdades raciais e de gênero. Conforme dados do INEP (2023), embora a presença das mulheres negras nas universidades tenha aumentado nos últimos anos, os números ainda são alarmantes. Em 2020, cerca de 25% das mulheres negras estavam matriculadas no ensino superior, enquanto entre as mulheres brancas esse percentual ultrapassava os 40%. Esses números refletem a persistência das desigualdades educacionais, evidenciando que, embora o acesso tenha melhorado, as mulheres negras ainda enfrentam grandes obstáculos para ocupar espaços de poder dentro do ambiente acadêmico.

Essas barreiras são ampliadas por fatores como a falta de infraestrutura e políticas de apoio à permanência dessas mulheres na universidade. De acordo com as informações do INEP (2023), cerca de 30% dos jovens de 18 a 24 anos não estavam matriculados em cursos de educação superior, sendo que as mulheres negras representam uma parcela significativa dessa exclusão. Mesmo quando acessam o ensino superior, as mulheres negras enfrentam uma série de desafios, desde a escassez de políticas públicas voltadas para suas necessidades específicas até a pressão pelo acúmulo de responsabilidades, muitas vezes conciliando o estudo com o cuidado da família.

No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, a educação superior se apresenta como um instrumento poderoso de resistência e afirmação. Como ressalta Grada Kilomba (2019), a educação é também um espaço de contestação, onde as mulheres negras podem, por meio da construção de saberes e práticas alternativas, subverter a narrativa dominante e reivindicar seu direito à visibilidade e à equidade. Para Bell Hooks (1994), a educação é um campo fundamental de combate, pois oferece às mulheres negras a oportunidade de reescrever a história, de reivindicar o conhecimento e de criar uma nova epistemologia que descolonize as estruturas de poder.

Assim, a educação não se configura apenas como um meio de qualificação, mas como um instrumento de transformação pessoal e coletiva. Ela permite que as mulheres negras reescrevam suas trajetórias, afirmem sua identidade e ocupem espaços de visibilidade. A luta pelo acesso e pela permanência das mulheres negras no ensino

superior, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades, é um reflexo de uma batalha pela reconstrução de um futuro mais justo, igualitário e livre de opressões.

Portanto, a educação se apresenta como um pilar fundamental para a emancipação e a construção da cidadania das mulheres negras no Brasil. A superação das desigualdades raciais e de gênero no ambiente acadêmico depende da implementação de políticas públicas que não apenas garantam o acesso dessas mulheres ao ensino superior, mas também assegurem sua permanência e protagonismo nesse espaço. Somente com a valorização da diversidade e a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo será possível transformar a universidade em um espaço de resistência e empoderamento para as mulheres negras.

Mulheres negras e os desafios históricos de acesso ao ensino superior

As mulheres negras no Brasil enfrentam desafios históricos profundamente enraizados nas desigualdades sociais, econômicas e culturais, sendo o acesso ao ensino superior uma das áreas mais afetadas por essas dificuldades. A luta das mulheres negras pelo direito à educação é marcada por um contexto de opressão, onde fatores como racismo estrutural, sexismo e classismo convergem para dificultar suas trajetórias educacionais, especialmente no que se refere à educação superior.

No Brasil, a história da educação para as mulheres negras remonta ao período colonial, quando o acesso à educação foi negado de forma sistemática a essa parcela da população. Durante séculos, as mulheres negras, tanto as escravizadas quanto as livres, foram marginalizadas e excluídas do processo educacional formal. Quando o ensino foi oferecido, ele era voltado exclusivamente para a elite branca e masculina, deixando as mulheres negras à margem do acesso à educação. Essa exclusão histórica reflete uma estrutura social profundamente desigual, em que o racismo e o sexismo se entrelaçam, criando barreiras impenetráveis para o ingresso e a permanência dessas mulheres nas instituições de ensino superior.

De acordo com a pesquisadora Gonzalez (1988), as mulheres negras são as vítimas duplas do racismo e do sexismo. Em suas reflexões sobre as mulheres negras no Brasil, Gonzalez destaca que "o racismo no Brasil é um processo estruturante, e a mulher negra é o principal alvo das práticas discriminatórias" (Gonzalez, 1988, p. 142). Ela argumenta que, além do racismo, a educação formal brasileira tem sido marcada por um currículo eurocêntrico e excludente, que não contempla as especificidades das experiências das

mulheres negras, tornando ainda mais difícil para essas mulheres acessar e prosperar nas instituições de ensino superior.

Essa exclusão histórica, porém, começa a ser contestada com o movimento de afirmação das identidades negras e com a luta pela educação inclusiva. A implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais e sociais, tem sido um passo importante para garantir o acesso de estudantes negros, especialmente mulheres negras, às universidades brasileiras. As cotas são uma resposta a séculos de exclusão e têm contribuído para a democratização do ensino superior. A professora e ativista Nilma Lino Gomes (2013) aponta que a criação de cotas raciais no Brasil é uma ação de reparação histórica, e que "as cotas não são apenas uma medida de inclusão, mas uma ferramenta de combate à exclusão histórica das populações negras da universidade" (Gomes, 2013, p. 98).

Apesar do avanço das cotas, a presença de mulheres negras nas universidades brasileiras ainda é reduzida. Informações do INEP de (2022) mostram que, embora o número de negros nas universidades tenha crescido desde a implementação das cotas, as mulheres negras ainda são um grupo sub-representado. Em 2022, apenas 5% dos estudantes de graduação eram mulheres negras, apesar de a população negra constituir aproximadamente 56% da população brasileira (INEP, 2022). Esses números evidenciam que, mesmo com as políticas afirmativas, ainda há grandes obstáculos para as mulheres negras acessarem e permanecerem nas universidades.

Além disso, a violência simbólica e o racismo estrutural continuam sendo obstáculos significativos para a permanência das mulheres negras nas universidades. A pesquisadora Sueli Carneiro (2003) ressalta que "o racismo é uma violência simbólica que se reflete em todas as esferas da vida social, incluindo as universidades, onde o preconceito racial e a invisibilidade das experiências negras ainda prevalecem" (Carneiro, 2003, p. 63). Essa violência simbólica se manifesta na falta de representatividade, no ensino que invisibiliza as questões raciais e culturais e no preconceito enfrentado pelas estudantes negras dentro do ambiente acadêmico.

Ainda assim, as mulheres negras têm demonstrado uma resistência notável. Elas têm ocupado cada vez mais os espaços acadêmicos, tornando-se protagonistas em diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, a historiadora e militante Marilena Chauí destaca que "o acesso à educação é a chave para a liberdade e para a reconfiguração da sociedade, e as mulheres negras têm sido essenciais nesse processo" (Chauí, 2020). Além disso, mulheres como a escritora Conceição Evaristo e a filósofa Djamila Ribeiro têm

mostrado como a presença dessas mulheres nas universidades representa uma forma de transformação tanto para a academia quanto para a sociedade, ao dar visibilidade à luta negra e ao reconhecimento de suas contribuições intelectuais. A militante e professora Ângela Davis afirma que "a educação é um dos meios mais eficazes para a emancipação das mulheres negras, pois é por meio dela que conseguimos transformar a realidade que nos oprime" (Davis, 2006, p. 45). O acesso das mulheres negras ao ensino superior não é apenas uma questão de acesso à educação, mas também um passo importante na luta por equidade e justiça social.

Dessa forma, as mulheres negras no Brasil enfrentam uma luta constante para acessar o ensino superior, uma batalha marcada por séculos de opressão, racismo e sexismo. Embora as políticas afirmativas, como as cotas raciais, tenham permitido avanços significativos, as mulheres negras ainda enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua permanência nas universidades. Para superar esses desafios, é necessário um esforço conjunto que envolva a transformação das instituições educacionais, a promoção de políticas públicas inclusivas e a desconstrução do racismo e do sexismo que ainda marcam a sociedade brasileira.

Algumas ações concretas podem ser sugeridas para garantir a permanência das mulheres negras nas universidades. Programas de apoio psicológico e mentorias específicas para estudantes negras podem ser fundamentais para ajudá-las a enfrentar a violência simbólica e o racismo no ambiente acadêmico. Além disso, as universidades devem promover a diversificação curricular, com ênfase nas culturas e histórias afro-brasileiras, para garantir que as experiências das mulheres negras sejam valorizadas e respeitadas. A criação de espaços de acolhimento e apoio emocional também é essencial para que as mulheres negras se sintam pertencentes e representadas no ambiente universitário.

Portanto, o acesso das mulheres negras ao ensino superior no Brasil, embora tenha avançado com a implementação das políticas afirmativas, ainda enfrenta grandes desafios. A luta das mulheres negras pela educação é uma batalha constante contra as desigualdades históricas e estruturais que marcam a sociedade brasileira. Para que isso aconteça de maneira mais efetiva, é essencial que as universidades e a sociedade como um todo se comprometam a promover a inclusão e a equidade, assegurando que as mulheres negras possam não apenas ingressar nas universidades, mas também permanecer e prosperar nelas. Assim, a educação superior se apresenta como um dos mais poderosos instrumentos de transformação social para as mulheres negras no Brasil.

A interseccionalidade de raça e gênero no ambiente acadêmico

A referente temática sobre a interseccionalidade de raça e gênero no ambiente acadêmico emerge como um campo de estudo crucial para a compreensão das complexas desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras nas universidades brasileiras. A teoria da interseccionalidade, formulada pela jurista Kimberlé Crenshaw em 1989, serve como uma lente analítica para examinar como as diferentes formas de opressão – como o racismo, sexismo, classismo, entre outras – se interrelacionam e afetam de maneira distinta os indivíduos que pertencem a múltiplos grupos marginalizados. No contexto acadêmico, essa interseccionalidade se manifesta com grande intensidade nas experiências das mulheres negras, que enfrentam desafios tanto por sua identidade de gênero quanto racial, em um ambiente que, historicamente, favorece a masculinidade branca.

No Brasil, as universidades, especialmente as de elite, foram tradicionalmente moldadas segundo uma lógica de poder branco, masculino e heteronormativo. Essa estrutura de poder excludente cria barreiras significativas para as mulheres negras, que, além de serem minoria, enfrentam uma discriminação dupla: racial e de gênero. Gonzalez, uma das principais pensadoras sobre o racismo e a opressão das mulheres negras no Brasil, argumenta que a mulher negra ocupa uma posição única de vulnerabilidade, sendo alvo de um racismo que a marginaliza e invisibiliza, mas também de um sexismo que reduz sua visibilidade e reconhecimento. Como ela mesma afirma, a mulher negra no Brasil é "muitas vezes invisibilizada, tanto pela cor da sua pele quanto pelo seu sexo, o que impede o reconhecimento pleno da sua identidade e da sua contribuição" (Gonzalez, 1988, p. 148).

Essas dinâmicas de invisibilidade, no entanto, não são apenas produtos da opressão social, mas também se refletem nas práticas e estruturas do ambiente acadêmico. Estudos do INEP (2022) mostram que, apesar da população negra representar mais da metade da população brasileira, as mulheres negras ainda são sub-representadas nas universidades, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia, e nas pós-graduações. As políticas afirmativas, como as cotas raciais, têm sido um passo importante para reverter esse quadro, permitindo o ingresso de mais estudantes negras nas universidades. Contudo, as mulheres negras continuam a ser um grupo marginalizado dentro do ambiente acadêmico, enfrentando desafios não apenas para ingressar, mas também para permanecer e prosperar nas instituições de ensino superior.

A presença das mulheres negras nas universidades é, portanto, essencial para a transformação do conhecimento e para a criação de um espaço acadêmico mais inclusivo e representativo. A interseccionalidade de raça e gênero, ao ser reconhecida e abordada nas práticas educacionais, pode contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais equitativo e plural. Em outras palavras, a resistência dessas mulheres no espaço acadêmico vai além do simples ingresso nas universidades, representando um movimento de reconfiguração e reapropriação do saber acadêmico, que tem o poder de questionar e transformar a própria estrutura da educação.

A pesquisadora Carneiro (2003) justifica que, para que as mulheres negras possam ocupar com dignidade os espaços acadêmicos, não basta a inclusão, mas é necessário que haja uma transformação profunda das práticas e das estruturas racistas e sexistas dentro das universidades.

Carneiro afirma que,

[...] não basta incluir as mulheres negras nas universidades; é preciso transformar o ambiente acadêmico para que ele seja realmente inclusivo e respeite as diferenças e as especificidades dessa população. (Carneiro, 2003, p. 76).

Essa transformação do ambiente acadêmico envolve, entre outras coisas, a revisão do currículo universitário, que, muitas vezes, é marcado por um forte viés eurocêntrico, deixando de lado as contribuições intelectuais e culturais das mulheres negras e das populações marginalizadas.

Em relação ao currículo, a professora Nilma Lino Gomes (2013) reforça que o conhecimento acadêmico deve ser repensado a partir das relações raciais e de gênero, garantindo que todas as vozes, incluindo as das mulheres negras, sejam ouvidas e respeitadas. Para ela, a inclusão de temas relacionados à diversidade racial e de gênero nas disciplinas acadêmicas não é apenas uma questão de justiça, mas também uma forma de enriquecer o campo do conhecimento e ampliar as perspectivas que influenciam a produção de saberes.

Apesar das dificuldades, as mulheres negras têm resistido e resistido de maneira notável. Elas têm se organizado e ocupado cada vez mais espaços de liderança dentro das universidades. Grupos como o "Negras no Poder" têm sido fundamentais para promover o empoderamento das mulheres negras no ambiente acadêmico. Esses movimentos têm pressionado por mudanças estruturais nas instituições de ensino superior, além de criar

espaços de visibilidade e apoio para as mulheres negras, que têm se mostrado capazes de superar as barreiras impostas pela discriminação.

Essa resistência das mulheres negras no ambiente acadêmico é um exemplo claro de como a interseccionalidade de raça e gênero pode ser transformadora, não só para essas mulheres, mas para a própria estrutura educacional. A luta delas não é apenas pela ocupação dos espaços acadêmicos, mas também pela reconstrução do conhecimento, tornando-o mais inclusivo e representativo. Ao fazer isso, elas estão não só alterando a realidade acadêmica, mas também contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

É importante ressaltar que, além da luta dentro das universidades, o impacto das políticas públicas que promovem a inclusão racial e de gênero deve ser visto no contexto mais amplo da mobilidade social. A educação superior não é apenas uma forma de acesso a uma carreira profissional, mas também um caminho para a transformação social das mulheres negras e suas famílias. O ingresso e a permanência dessas mulheres nas universidades têm o poder de modificar a realidade socioeconômica de muitas comunidades, criando novas possibilidades de ascensão social.

De forma concisa, a interseccionalidade de raça e gênero no ambiente acadêmico, ao ser compreendida e abordada de maneira profunda e transformadora, não apenas contribui para a emancipação das mulheres negras, mas também para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo, equitativo e plural. A superação das barreiras impostas pelo racismo e pelo sexismo requer um esforço conjunto das instituições de ensino, da sociedade e dos movimentos sociais, a fim de garantir que as mulheres negras possam ocupar seus espaços de direito nas universidades, com dignidade, respeito e reconhecimento. A transformação do ambiente acadêmico é, portanto, um passo fundamental para a construção de um Brasil mais justo e igualitário para todas e todos.

Todavia, a promoção de espaços mais inclusivos e representativos no ambiente universitário vai muito além de garantir que mulheres negras estejam fisicamente presentes nas instituições de ensino. Trata-se de construir um ambiente onde elas possam permanecer, se desenvolver e se reconhecer como parte legítima daquele espaço. Isso envolve criar condições reais de acolhimento e pertencimento, por meio de políticas públicas eficazes, práticas pedagógicas sensíveis e ações institucionais que valorizem suas identidades, saberes e trajetórias. Ambientes inclusivos são aqueles que oferecem não apenas apoio acadêmico, mas também suporte emocional, financeiro e humano.

Dessa forma, os espaços representativos são aqueles em que essas mulheres se veem refletidas nos currículos, nas bibliografias, nas lideranças docentes e nos espaços de decisão. Como afirma Gomes (2013), é preciso repensar o conhecimento acadêmico a partir das relações raciais e de gênero, de modo que todas as vozes – especialmente aquelas historicamente silenciadas – sejam ouvidas e valorizadas. Iniciativas como coletivos estudantis, núcleos de estudos afro-brasileiros, mentorias específicas e a presença de professoras e pesquisadoras negras são fundamentais nesse processo. Ao reconhecer e valorizar a diversidade que compõe a universidade, cria-se um espaço mais justo, onde o conhecimento não apenas informa, mas também transforma — e onde mulheres negras podem não só sonhar, mas construir, com dignidade, seus próprios caminhos.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com o objetivo de investigar como a universidade contribui para a construção da identidade e autonomia das mulheres negras. Segundo Maria Cecília Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é adequada para a compreensão de fenômenos sociais complexos, pois permite a análise das experiências e percepções dos sujeitos envolvidos. A revisão bibliográfica foi utilizada como estratégia principal, permitindo a identificação de conceitos fundamentais sobre interseccionalidade, educação e políticas afirmativas.

A coleta de dados se deu por meio da análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais, incluindo relatórios do INEP), do IBGE e do PNUD. A análise dos dados foi conduzida a partir da técnica de análise de conteúdo, conforme Laurence Bardin (2011), permitindo a categorização de temas recorrentes e a interpretação crítica dos desafios e oportunidades enfrentados pelas mulheres negras no ensino superior.

Os resultados foram organizados em três eixos principais: acesso ao ensino superior, permanência acadêmica e impacto da formação na construção da autonomia. A pesquisa busca não apenas mapear os obstáculos, mas também evidenciar estratégias de resistência e promoção da equidade de gênero e raça no ambiente acadêmico. Dessa forma, a metodologia adotada contribui para o aprofundamento do debate sobre inclusão educacional e justiça social, respeitando princípios éticos e acadêmicos na utilização das fontes pesquisadas.

Um estudo sobre as contribuições do ensino superior na construção da identidade autonomia das mulheres negras

O ensino superior tem desempenhado um papel fundamental na transformação das trajetórias de mulheres negras no Brasil. Se, por um lado, o acesso às universidades representa uma conquista histórica impulsionada por lutas sociais e por políticas afirmativas, por outro, a permanência e a ascensão acadêmica dessas mulheres ainda são desafios significativos. Este capítulo analisa como a experiência universitária contribui para a construção da identidade e autonomia dessas mulheres, explorando as barreiras estruturais enfrentadas, as políticas públicas implementadas e os impactos dessas iniciativas.

Neste contexto, é importante destacar que, embora haja um reconhecimento crescente da presença das mulheres negras nas universidades, a literatura existente ainda carece de um documento específico que aborde o momento exato em que essas mulheres foram inseridas no ensino superior brasileiro. Segundo Marília Quadra (2014), o acesso das mulheres negras à educação remonta a cerca de 1720, quando se registram os primeiros casos de instrução da população negra na colônia. No entanto, o direito ao ensino público para os negros foi formalmente garantido apenas no final do século XIX, com a reforma do Ensino Primário e Secundário em 1870, que permitiu o acesso dos negros ao sistema educacional formal.

Dessa forma, a universidade não é apenas um espaço de aprendizado acadêmico, mas também um ambiente onde ocorre a formação identitária. Para mulheres negras, esse processo se torna ainda mais relevante, pois a vivência universitária pode representar um momento de ressignificação de sua história, cultura e pertencimento. Assim, a universidade se torna, então, um espaço onde as mulheres negras têm a oportunidade de refletir sobre suas trajetórias, reconstruindo suas narrativas a partir de um olhar crítico que questiona a invisibilidade e a marginalização histórica que marcaram suas vidas.

Corroborando com tais afirmações, Hooks (1994) enfatiza que a educação tem um papel emancipador, sendo capaz de promover a liberdade e a transformação pessoal e social. Contudo, ela alerta que, para que esse potencial se realize de forma plena, é imprescindível que o ambiente acadêmico reconheça as vozes e experiências das mulheres negras, muitas vezes silenciadas e marginalizadas. A educadora destaca que a verdadeira emancipação educacional ocorre quando os saberes produzidos por essas mulheres são respeitados e valorizados, e não apenas quando se as insere num sistema

que ainda está baseado em normas e epistemologias dominantes, majoritariamente eurocêntricas.

No entanto, apesar do avanço representado pelo ingresso de mulheres negras no ensino superior, muitas relatam ainda experiências de isolamento e discriminação dentro das universidades. Esse cenário reflete as tensões estruturais que persistem no ambiente acadêmico, onde as desigualdades de raça e gênero continuam a se manifestar, criando obstáculos tanto para a permanência quanto para o desenvolvimento acadêmico dessas estudantes.

Nesse sentido, a historiadora e educadora Gomes (2013) reforça a ideia de que a educação superior tem o potencial de se tornar um poderoso instrumento de valorização das epistemologias negras. No entanto, ela salienta que essa transformação só será possível com uma mudança estrutural significativa na maneira como o conhecimento é produzido e disseminado. Gomes defende a necessidade de uma abordagem pedagógica mais inclusiva, que considere as contribuições intelectuais das culturas negras e africanas, além de desafiar o modelo hegemônico que tem historicamente relegado essas epistemologias à marginalidade.

Portanto, a luta por uma educação verdadeiramente emancipadora para as mulheres negras no Brasil não se limita apenas ao acesso, mas também à criação de um ambiente acadêmico que reconheça, valorize e integre suas histórias, saberes e vivências no processo educativo. Superar as barreiras estruturais no ensino superior é, assim, um passo fundamental para garantir que a educação cumpra sua função libertadora e transformadora para todas as mulheres, especialmente para as mulheres negras.

Estudos, como os de Carneiro (2003), apontam que, apesar do crescimento no número de mulheres negras no ensino superior, muitas ainda enfrentam um ambiente hostil, onde seus saberes são desvalorizados. Essa realidade não impacta apenas sua permanência acadêmica, mas também afeta sua autoestima. Relatos de estudantes negras indicam que, muitas vezes, elas se sentem constantemente desafiadas a provar sua competência para serem aceitas no meio acadêmico.

A partir dessa perspectiva, Luiza Bairos (2000) fomenta uma reflexão que abre espaço para as seguintes discussões: a primeira destaca o respeito às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras dentro do Movimento Feminista Brasileiro, enquanto a segunda se refere à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo, alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais.

Bairros (2000) afirma que mulheres negras enfrentavam duas principais dificuldades:

[...] De um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (BAIRROS, 2000, p. 57).

Esse contexto histórico de marginalização das mulheres negras encontra um ponto de inflexão com as políticas públicas de inclusão, como as cotas raciais implementadas pela Lei 12.711/2012. Elas representam um marco importante para o acesso da população negra ao ensino superior brasileiro, conforme evidenciado pelos dados do INEP (2024), que mostram um aumento significativo no número de estudantes negros nas universidades públicas, de 10% em 2012 para 38% em 2022. No entanto, apesar desse avanço, a evasão acadêmica permanece alta, especialmente entre as mulheres negras, devido a uma combinação de fatores socioeconômicos e estruturais. Programas de assistência estudantil, como bolsas de permanência e auxílio-transporte, têm sido essenciais para mitigar essas dificuldades, mas sozinhos não são suficientes para garantir a permanência e o sucesso dessas estudantes.

A experiência acadêmica das mulheres negras também é profundamente impactada por questões de racismo institucional e pela falta de representatividade nos corpos docentes, conforme apontado por Ribeiro (2017). A implementação de currículos mais inclusivos, que valorizem as epistemologias negras e femininas, ainda é um desafio para muitas universidades. De acordo com Crenshaw (1989), a interseccionalidade deveria ser um pilar das práticas pedagógicas, pois garante que as diversas dimensões das identidades das estudantes negras sejam reconhecidas e respeitadas. Algumas instituições avançaram na direção de incluir disciplinas sobre história e cultura afro-brasileira, mas muitas ainda operam dentro de um modelo eurocêntrico que não reflete as diversidades culturais e históricas do Brasil.

A evolução do ingresso de mulheres negras no ensino superior, como mostrado pelos dados do IBGE (2022) e INEP (2024), demonstra um crescimento considerável, mas também revela as disparidades que persistem. A tabela abaixo ilustra a evolução dessa participação de 2000 a 2025, destacando a importância de continuar investindo em políticas que favoreçam a inclusão acadêmica.

Quadro 1 - Evolução do ingresso de mulheres negras no ensino superior no Brasil (2000-2025)

| ANO | MULHERES NEGRAS INGRESSANTES (%) |
|------|----------------------------------|
| 2000 | 2,1% |
| 2005 | 4,5% |
| 2010 | 7,8% |
| 2015 | 12,0% |
| 2020 | 18,3% |
| 2025 | 25,4% (estimado) |

Fonte: IBGE (2022); INEP (2024).

Pesquisas realizadas pelo Instituto AMMA Psique e Negritude (2023) também reforçam que 72% das mulheres negras entrevistadas afirmam que o ingresso no ensino superior fortaleceu sua autoestima e proporcionou uma maior valorização de suas histórias e ancestralidade. A participação em coletivos negros universitários tem sido um fator essencial para o fortalecimento acadêmico e pessoal dessas mulheres, ao oferecer um espaço de apoio e resistência.

Contudo, o impacto do ensino superior na identidade e autonomia das mulheres negras ainda enfrenta desafios significativos. Para que a universidade cumpra efetivamente seu papel emancipador, é necessário que vá além do simples acesso e se concentre na criação de condições reais de permanência e êxito acadêmico. Algumas medidas são cruciais para garantir que as mulheres negras não apenas ingressem, mas também permaneçam e prosperem no ambiente acadêmico.

A expansão das políticas de permanência, com maior investimento em programas de assistência estudantil, moradia, alimentação e suporte psicológico, é uma necessidade urgente. Além disso, mudanças curriculares que abordem de maneira estruturante questões raciais e de gênero, promovendo epistemologias negras e decoloniais, são essenciais para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo.

O apoio a coletivos negros e feministas, incentivando a criação de espaços de acolhimento e fortalecendo redes de apoio, e a promoção da representatividade no corpo

docente, com a contratação de professores negros, também são passos fundamentais para transformar as universidades em espaços verdadeiramente inclusivos e emancipadores para as mulheres negras no Brasil.

Dessa forma, somente com essas mudanças estruturais o ensino superior poderá cumprir seu papel social de promover a igualdade racial e de gênero, proporcionando uma educação transformadora e libertadora.

Conclusão

Este estudo buscou compreender o impacto do ensino superior na construção da identidade e autonomia das mulheres negras, evidenciando não apenas os desafios enfrentados, mas também as potências que emergem desse espaço de formação e resistência. Ao longo da análise, ficou claro que a universidade representa, ao mesmo tempo, um campo de desigualdades estruturais e uma oportunidade de emancipação, na qual as mulheres negras ressignificam suas trajetórias, afirmam suas identidades e fortalecem sua voz na sociedade.

Historicamente excluídas dos espaços formais de ensino, as mulheres negras conquistaram, por meio de lutas e políticas afirmativas, um lugar cada vez mais presente nas universidades. No entanto, a permanência e a ascensão acadêmica ainda encontram barreiras que vão desde a desigualdade socioeconômica até o racismo institucional e a violência simbólica. Ainda assim, essas mulheres seguem desafiando as estruturas hegemônicas, transformando o ambiente universitário em um espaço de reivindicação, produção de conhecimento e valorização de suas histórias e epistemologias.

A universidade, quando verdadeiramente inclusiva, tem o poder de promover um ensino libertador, que rompe com a invisibilidade histórica e reconhece os saberes das mulheres negras como fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para isso, é essencial que existam políticas de permanência, currículos mais diversos e representativos, e espaços de acolhimento e suporte dentro das instituições de ensino.

Mais do que um diploma, o acesso e a permanência no ensino superior representam para essas mulheres a possibilidade de sonhar, de transformar suas realidades e de abrir caminhos para outras que virão. Suas presenças nas universidades são, por si só, um ato de resistência e de mudança, reafirmando que a educação pode ser um instrumento poderoso de emancipação.

Que as universidades continuem sendo territórios de conhecimento, mas também de diversidade, equidade e reconhecimento. E que as vozes das mulheres negras sejam cada vez mais ouvidas, valorizadas e celebradas, porque a educação que liberta é aquela que inclui, acolhe e transforma.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2018.
- ALMEIDA, Maria Lúcia de. *A educação e a identidade negra no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- BAIROS, Luiza. *Gênero, raça e classe: a construção das mulheres negras como categoria política no Brasil*. Salvador: CEAFFRO, 2000.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo: Pólis, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1989.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. Um futuro manifesto negro-feminista. *Cadernos Pagu*, v. 55, p. 1-25, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GOMES, Nilma Lino. Políticas de ação afirmativa no ensino superior: a experiência do Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 1103-1132, 2013.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: LUZ, Madel (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988. p. 223-244.
- HOOKE, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. *Relatório anual sobre mulheres negras no ensino superior*. São Paulo, 2023.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

PNUD. *Relatório de desenvolvimento humano Brasil*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2024. Disponível em: <https://www.br.undp.org>. Acesso em: 20 jan. 2025.

QUADRA, Marília. Acesso e permanência de estudantes negros na educação superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 56, p. 321-345, 2014.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Recebido em março de 2025.

Aprovado em maio de 2025.